



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

SERIA POUSO ALEGRE UMA CIDADE FEMINISTA? ENSAIOS PARA ESPERANÇAR EM
POUSO ALEGRE - MINAS GERAIS, A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO.

Maria Fernanda Sena Gusmão (UFJF) - mf.senaarquitetura@gmail.com
Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFJF

Mariana Dominato Abrahão Cury (UFJF) - mariana.cury@arquitetura.ufjf.br
Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFJF; professora assistente na FAU-UFJF; Mestre em Urbanismo pelo PROURB-UFRJ; Doutoranda do PPGAU-UFV.

Seria Pouso Alegre uma cidade feminista?

Ensaio para esperançar em Pouso Alegre - Minas Gerais, a partir da perspectiva de gênero.

INTRODUÇÃO

O urbanismo, enquanto prática que envolve o desenho das cidades, nunca foi neutro. Alguns modelos urbanos vêm se desenvolvendo desde a Revolução Industrial pautando-se na lógica da produtividade e de um novo estilo de vida, onde a “concepção do ser humano é de um indivíduo-tipo, capaz de tipificar também as necessidades sociais, os lugares da cidade e a estrutura urbana” (KOHLSDORF, 1996, p. 7). A partir disso, caracterizou-se a cidade pelo fundamento da produtividade onde se reproduz a força de trabalho - dissociando-a das demais esferas do cotidiano, como a da reprodução e dos cuidados. Assim, as cidades foram sendo construídas “essencialmente a partir de uma visão patriarcal, capitalista e piramidal, que deu total prioridade às atividades produtivas atribuídas aos corpos identificados pelo gênero masculino” (MONTANER et al., 2021, p. 191) pois as mulheres não ocupavam tal esfera - em razão de serem levadas a acreditar que seus papéis sociais eram outros.

Sendo assim, o presente artigo discorre sobre a noção de *cidade feminista*, abordando temas e conceitos essenciais para a construção de um caminho que possibilite planejar cidades a partir de uma perspectiva de gênero. As questões conceituais que aqui serão apresentadas (trabalho reprodutivo e de cuidado, interseccionalidade, ecofeminismo, urbanismo do comum) são fundamentos que nos permitem compreender as diretrizes urbanísticas de uma cidade feminista e, até mesmo, ensaiar possibilidades diante de condições reais.

Nesta perspectiva analítica e ensaística sobre uma realidade conhecida, o presente trabalho propõe olhar para a cidade de Pouso Alegre em Minas Gerais, a fim de compreender, baseando-se na escuta das pessoas que nela

habitam, percursos para construirmos cidades feministas. Inicialmente, a investigação proposta buscou responder aos seguintes questionamentos, a partir do território urbano escolhido: como a desigualdade de gênero se manifesta na construção, no uso e na apropriação do espaço urbano e como isso é percebido na cidade de Pouso Alegre? Como as mulheres vivenciam a cidade? Como seria, portanto, uma cidade feminista? Quais são as alternativas para romper com a lógica dominante, que é hegemônica, e alcançar um panorama de equidade?

Para responder a essas questões, a pesquisa percorreu o seguinte caminho metodológico: (1) construção de um referencial teórico; (2) identificação, reconhecimento e aplicação de estratégias de análise urbana e de percepção espacial, especialmente aquelas adotadas pelo coletivo feminista *Col.Lectiu Punt 6*, e que foram adaptadas para o cenário pandêmico atual através da aplicação de dois formulários *online*. A partir dos formulários definiu-se uma amostragem que permitiu conhecer as personagens envolvidas na pesquisa e coletar informações importantes sobre a cidade em estudo, incluindo a identificação de territórios que poderiam ser objetos de estudo da pesquisa. Tais territórios foram reconhecidos pela população participante como locais problemáticos do ponto de vista da experiência urbana. No questionário, o público participante pôde aventar elementos e condições do espaço que os tornaram inseguros para a circulação das pessoas, em especial dos corpos femininos; (3) posteriormente, foram realizados diagnósticos das áreas urbanas mais citadas nos formulários, com o uso de mapas temáticos abordando o levantamento de usos e funções - com destaque para aqueles considerados essenciais para a vida urbana cotidiana -, a ocupação do solo e as relações entre espaços construídos e não-construídos, e os horários de maior movimento e circulação de pessoas. Esses métodos permitiram responder a principal questão aqui colocada: seria Pouso Alegre uma cidade feminista?

A suposição de que a cidade mineira segue a mesma lógica que rege o pensamento urbanístico e que orienta o planejamento urbano em geral, produzindo e reproduzindo cidades excludentes e desiguais, se confirma nas

pesquisas. Diante disso, o trabalho também ensaia possibilidades urbanísticas para desconstruir essa realidade. Em um exercício projetivo que se afirma como uma ação feminista, materializa-se, em uma sequência de imagens propositivas para uma praça urbana de Pouso Alegre, alternativas de projetos urbanos que, através da articulação de diversos elementos, visam modificar esse panorama como resposta às demandas sociais urgentes que se pautam na democratização da cidade, através de uma perspectiva do comum e ecofeminista.

CORPOS PRIVADOS EM EXISTÊNCIA PÚBLICA

O Planejamento Urbano que tem como premissa a lógica machista, patriarcal, racista, classista, patriarcal e LGBTQIA+fóbica se manifesta na construção, no uso e na apropriação do espaço urbano e influencia diretamente o modo como as mulheres experienciam suas vidas cotidianas e se apropriam da cidade. Grande parte das configurações urbanas priorizam algumas atividades e privilegiam usos frente a outros, destinando-os às melhores localizações e a espaços mais amplos, e favorecendo a conectividade com o transporte público. Os efeitos desta lógica de urbanização é evidente desde outros tempos e, parte dos problemas urbanos são decorrentes da ação dos agentes que participam da produção das cidades, em especial os detentores de capital e proprietários imobiliários que buscam estratégias de maximização dos lucros e se apoiam em necessidades que, ao se apresentarem como universais, tornam-se excludentes pois baseiam-se em uma métrica hegemônica e padronizada. Segundo Jane Jacobs:

Planejadores e projetistas são, em sua maioria, homens. Estranhamente, eles criam projetos e planos que desconsideram os homens como integrantes da vida diária e normal de onde quer que haja moradias. Ao planejar a vida residencial, o objetivo deles é satisfazer as pretensas necessidades cotidianas de donas de casa ociosas e criancinhas em idade pré-escolar. Resumindo, eles fazem projetos estritamente para sociedades matriarcais. O ideal do matriarcado está inevitavelmente presente em todo planejamento

urbano em que as residências estejam isoladas dos outros aspectos da vida. (JACOBS, 2011, p. 91)

A lógica do planejamento “universal” pautada no padrão masculino, além de excludente e pouco representativa, também revela um ocultamento da realidade brasileira, onde 51,8% da população é composta por mulheres (PNAD, 2019). Para além da questão da falta de representatividade na concepção e na construção das cidades, os problemas identificados no espaço urbano público também são reflexo do apagamento da vivência urbana da mulher e do caráter estrutural de uma sociedade machista, racista, classista, patriarcal e LGBTQIA+fóbica. Estes marcadores sociais se reproduzem nos espaços urbanos públicos - espaços sociais onde se materializam todas as desigualdades -, o que dificulta o desenvolvimento da vida cotidiana e o desempenho de papéis fundamentais, visto que os espaços são segregados e desprovidos de uma conexão efetiva através do transporte público, enquanto a população, principalmente as mulheres, não se separa destas funções. Se o espaço da rua é associado a uma experiência universalizante - a experiência do homem - como é possível que esse espaço seja acolhedor e representativo para as mulheres? (MONTANER et al., 2021) Isto posto, ainda que a inserção da perspectiva de gênero no campo da arquitetura e do urbanismo seja recente - desenvolvida a partir da década de 70 -, é notório o quanto se tornou fundamental para compreender as experiências distintas que compõem a cidade e que refletem tanto no estilo de vida, na construção social e, conseqüentemente, na utilização do espaço urbano.

TRABALHO, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE

Segundo Guedes (1995, p. 8): “ao longo dos séculos, as pessoas utilizaram de forma figurada os termos gramaticais para evocar os traços de caráter ou os traços sexuais” (apud. SCOTT, 1995, p.72) e, sendo assim, a ideia de gênero se restringiu social e historicamente a estereótipos divididos em dicotomias, desconsiderando a pluralidade de cada ser e seu universo, uma vez que gênero se define por “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75). Considerando essas dicotomias de gênero,

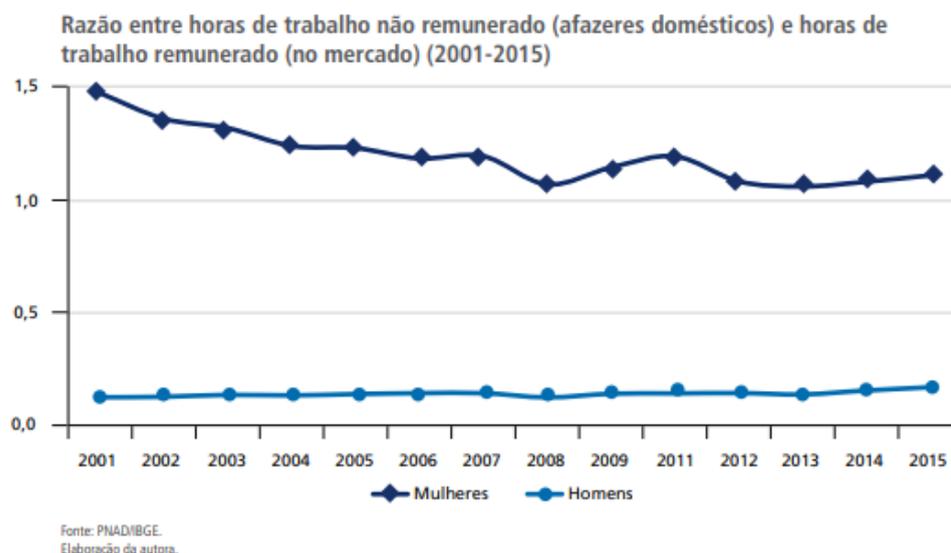
classe, faixa etária, raça, etc., o caráter histórico e estrutural da sociedade patriarcal usufruiu da condição biológica da mulher de gerar a vida para impor à ela o papel social de cuidadora e responsável pelo trabalho reprodutivo.

[...] trabalho reprodutivo se refere tanto ao trabalho necessário para a reprodução humana realizado pela mulher ao longo da história (gravidez, parto ou lactância) como ao conjunto de atenções e cuidados necessários para o sustento da vida e a sobrevivência humana: alimentação, cuidados físicos e sanitários, educação, relações sociais, apoio afectivo e psicológico ou manutenção dos espaços e bens domésticos. (FERNÁNDEZ, 2005, p. 6, 7)

Ao supor que as atividades de cuidado e do trabalho reprodutivo acontecem nos limites do espaço doméstico, se exclui as inúmeras tarefas que se desenvolvem no espaço urbano público e que são, na realidade, parte dos processos contínuos do trabalho reprodutivo - tarefas essas que demandam tempo e não são remuneradas. Isso demonstra como se dá a invisibilização do trabalho reprodutivo, que não se realiza apenas no espaço doméstico privado. No espaço público, as funções cotidianas ligadas ao trabalho reprodutivo são praticamente desconsideradas nas práticas urbanísticas. O direito à cidade foi historicamente negado às mulheres e, portanto, as tarefas relacionadas aos cuidados que nela se desenvolvem são subjugadas e invisibilizadas, enquanto a divisão sexual dos trabalhos destina ao homem o espaço de visibilidade e respeito do trabalho produtivo. Ou seja, a mulher usufrui do espaço público, mas tem que adaptar-se à ele pela complexidade da sua vida cotidiana, pois ele nunca foi pensado para elas. Segundo Dowell (1999 apud. VALDIVIA, 2018, p. 68): “os espaços surgem das relações de poder, as relações de poder estabelecem as normas, e as normas definem os limites tanto sociais quanto espaciais, determinam quem pertence a um lugar e quem é excluído, e onde se localiza uma determinada experiência”. Logo, ainda que mulheres venham a ocupar mais estes espaços produtivos, permanecem em uma posição inferior de trabalho e com piores remunerações, ainda que desempenhem as mesmas tarefas (SOUSA e GUEDES, 2016). Em uma pesquisa realizada pelo IPEA (2015), os dados coletados apontam que a proporção de mulheres que

trabalham em casa é superior a 91%, enquanto entre os homens ela consiste em 55% - sendo que, em 2001 a proporção era de 45%. Segundo a pesquisadora e autora do estudo Ana Luiza Neves de Holanda (2018, p. 26), isso ocorre porque “se verifica uma elevação das horas dedicadas ao trabalho no mercado para as mulheres e uma redução dessas horas para os homens”. Ainda que as horas que as mulheres dedicam ao trabalho doméstico tenham diminuído ao longo dos anos, a porcentagem em relação aos homens não aumenta tanto, conforme ilustra o gráfico a seguir:

Figura 1 - Razão entre horas de trabalho não remunerado e horas de trabalho remunerado (2001-2015)



Fonte: <https://cutt.ly/yfAittt>, acesso em 05/09/2020.

Na sociedade contemporânea, as mulheres vêm ocupando de maneira crescente a esfera do trabalho produtivo, porém, sabe-se que essa realidade se modifica quando observamos essa questão a partir do discurso das mulheres negras. A desigualdade de gênero, raça e classe provém da herança colonial e racista que sustenta nossa economia e a força de trabalho. Assim, grande parte das mulheres em nosso país - em sua maioria mulheres negras - são diretamente afetadas pela vulnerabilidade econômica e de segurança que enfrentam diariamente. Existe, portanto, o desafio de ressignificar essas questões em relação ao trabalho de cuidado e desvinculá-las para além do gênero, como também da raça, da classe e das tantas outras dicotomias

excludentes. Pois a categoria do universo da mulher é complexa e apresenta muitas variáveis, devendo incluir, para além da questão de gênero, outros marcadores. Neste sentido, para compreender as especificidades de cada luta social, cunhou-se o termo *interseccionalidade*, como um conceito e ao mesmo tempo uma ferramenta de análise que destaca a necessidade de sobrepor várias formas de opressão a fim de evitar uma falsa generalização da condição de todas as mulheres (AKOTIRENE, 2019).

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

É incontestável a urgência de incorporarmos uma perspectiva de gênero transversal e interseccional ao planejamento urbano de forma efetiva, para que as cidades não continuem sendo produzidas e reproduzidas como espaços excludentes, impedindo que parte da população possa usufruir plenamente do direito à cidade. O urbanismo feminista propõe a inserção destas questões nos debates e na construção do espaço urbano público, permitindo que as mulheres falem livremente sobre suas necessidades e escolhas através de um processo participativo, plural e inclusivo, que se apresenta enquanto caminho possível para transformar as cidades e garantir a todos os grupos sociais o pleno acesso à ela.

SER E ESTAR NA CIDADE NA VIVÊNCIA DA MULHER

O feminismo é um movimento internacional que luta pelo respeito e pela equidade dos direitos reais de todas as pessoas. A luta contra as estruturas patriarcais vêm ampliando suas forças graças às conquistas proporcionadas pelo movimento feminista que, através de marcos importantes, tem transformado a participação social e política das mulheres ao longo da história. Sendo assim, tem sido uma articulação essencial para que diversos direitos

negados à mulher pudessem ser por elas exercidos, finalmente. Estas questões também estão presentes na arquitetura e no urbanismo pois são saberes que se constroem a partir das relações entre corpos e espaços. Segundo a arquiteta Zaida Muxí:

O feminismo, ou o movimento feminista atual estaria destinado a buscar as condições para uma efetiva igualdade no acesso à cidade, a mulheres e homens, e, possivelmente viabilizar uma transformação urbana a partir da igualdade e, portanto, da experiência múltipla das mulheres, que está ligada à perspectiva de gênero. (MUXÍ, 2018)

Um tema que é sempre relevante nas discussões sobre cidade e gênero é a segurança. Deve-se considerar, antes de qualquer debate sobre segurança nos espaços urbanos públicos, o fato de que a noção de segurança se difere entre homens e mulheres. As percepções de insegurança das mulheres na cidade são mais complexas, e estão atreladas às diversas possibilidades de violência exercidas sobre o corpo sexuado.

O corpo da mulher é, de alguma forma, um bem disponível, um bem considerado um objeto que nunca pode estar no espaço público porque não lhe pertence; que os homens podem usá-lo de maneira “gentil”, dizendo-lhe “fiu-fiu” ou de maneira violenta, violando-o ou matando-o. Assim, os problemas de insegurança que sofrem as mulheres nos espaços públicos não sofrem os homens. Obviamente, o homem pode sofrer alguma forma de violência, ser atacado, ser morto, mas não por ser homem, em geral, por causa de seus pertences, o que também ocorre com a mulher. Entretanto é a mulher que morre de medo do outro. (MUXÍ, 2018)

Parafrazeando Lefebvre, direito à cidade se define pela capacidade de se apropriar do entorno urbano e participar (LEFEBVRE, 1968). O medo causado pela violência de gênero limita a liberdade e o direito à cidade das mulheres em termos de mobilidade, espaço e tempo, o que diminui o sentimento de pertencimento e segurança. Soma-se a essa insegurança, vivenciada na prática da vida cotidiana pelas mulheres, a ausência de políticas públicas. Faltam respostas do estado e das instituições nos casos de

feminicídio, nos debates sobre a legalização do aborto e violação dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher, na banalização das denúncias de crimes contra a mulher, dentre outros tantos assuntos que demandam de projetos de leis e ações institucionais. Essas questões inibem e silenciam cada vez mais os corpos femininos, alimentando o medo que já lhe é ocasionado desde outros tempos. Em muitos países, a violência de gênero e as suas múltiplas faces não são consideradas como crime, o que dá margem para que continuem sendo reproduzidas. E uma experiência de violência vivenciada por uma mulher, afeta todas as outras.

Se em uma rua onde 100% das pessoas que lá vivem são mulheres, e a uma violam, as consequências não recaem somente sobre esta, mas para todas as mulheres, porque isso aumenta a percepção de insegurança e medo de todas que vivem ali, porque se sentem vulneráveis a passar por isso também. (ESCALANTE, 2014, p. 51, apud. MICHAUD, 2005)

Ao contrário do que pregam muitos discursos, as mulheres não necessitam de uma esterilização do espaço urbano e sim de mais recursos sociais, econômicos e culturais, de mais infraestrutura e mobilidade urbana para que seja possível caminhar pela cidade com confiança, e de respeito e consideração às suas dinâmicas cotidianas. É necessário romper com as limitações que impedem a plena participação das mulheres na vida urbana. As mulheres vivem um histórico de bloqueio social, reforçado em um contexto urbano pelas violências de gênero que ocorrem também no espaço público, e que impactam na sensação de insegurança. Neste sentido, é importante que a segurança urbana contemple uma perspectiva de gênero, incentivando ruas plurais – polifuncionais, em que todo o tipo de pessoa circule, trazendo movimento e vida para as áreas públicas, ativando o que Jacobs (2011) definiu como “os olhos da rua”. Deve-se equipar as ruas com calçadas largas, boa iluminação e mobiliários urbanos adequados, para que sejam convidativas as pessoas.

O URBANISMO DO COMUM E ECOFEMINISTA

Essa realidade complexa também se desenvolve no espaço máximo dos conflitos, onde se expressam todas as dicotomias: o espaço público. No espaço público, faz-se necessário equilibrar os interesses priorizando a equidade, uma vez que as pessoas devem ser o centro da cidade e do projeto (JACOBS, 2011, p. 74), a fim de criar um espaço inclusivo que atenda todas as gerações, raças, classes, gênero, etc. A potência do urbanismo está no fato de que “o desenho desse espaço pode favorecer que seja realmente de domínio público.” (MONTANER et al., 2021, p. 67). Sendo assim, o urbanismo se encontra constantemente articulado entre os interesses públicos e o benefício privado onde, seguindo a lógica dominante, tende a deixar os interesses do comum de lado.

Montaner (et al., 2021, p. 89) escreve: “o comum exprime uma concepção específica da vida, da natureza e do tempo, e também se exprime no espaço e no território”, e a luta para retomar essa cultura do comum parte da cidade, ao romper-se com a dicotomia público e privado - representando, também, uma perspectiva feminista, uma vez que as mulheres vêm deixando de ocupar a esfera dos cuidados e passando a ocupar os espaços da vida pública.

A defesa do comum enfatiza a vida cotidiana, uma vez que nem o Estado nem o mercado podem se aproximar tanto da qualidade de vida do dia a dia, dos cuidados das pessoas e dos espaços de reprodução e da proximidade. É por isso que o comum e o cooperativo configuram a esfera que está mais próxima do mundo dos cuidados e do trabalho. E, se a luta pela igualdade é autêntica, ela surge da iniciativa das mulheres: portanto, é feminista. A defesa do comum está relacionada às ideias ecofeministas e às noções de interdependência e ecodependência. (MONTANER et al., 2021, p. 113)

O desafio dos comuns se exprime em conseguir atingir escalas sociais mais complexas - como o bairro e a cidade -, pois estas exigem novas estruturas e novas articulações entre a administração pública e a população

que integrem tanto a participação, como a valorização do espaço público e a corresponsabilidade de priorizar o bem comum. “O comum é uma alternativa anticapitalista” (MONTANER et al., 2021, p. 99) e, para que seja possível romper com os demais marcadores sociais que derivam da lógica capitalista de produção do espaço, faz-se necessário integrar ao urbanismo do comum, a perspectiva feminista.

O planejamento urbano coloca a experiência da mulher imersa na realidade da “cidade modernista”, da questão racional e da lógica capitalista expressa em dicotomias, que interfere negativamente em todas as esferas sociais e invisibiliza a sua vivência urbana. Neil Brenner (2018, p.40) escreve que:

(...) as cidades capitalistas não são apenas locais estratégicos de acumulação de capital, elas também são arenas em que os conflitos e contradições associados a estratégias específicas de acumulação são histórica e geograficamente combatidos. (BRENNER, 2018, p. 40)

Isto posto, as cidades vêm representando, historicamente, palco de acumulação de capital e “reprodução do próprio capitalismo, incluindo os modelos de urbanização lucrativa e a implacável mercantilização da vida social.” (BRENNER, 2018, p. 40). Voltando o olhar para a realidade brasileira é possível perceber como a lógica do capitalismo e do patriarcado se encontram interpostas - afetando diretamente tantos marcadores sociais - e colocam a lucratividade, os bens privados e a mercantilização das cidades no centro das decisões urbanas (BRENNER, 2018). Logo, o urbanismo feminista vem para romper com este paradigma, baseando-se no trabalho de reconhecimento crítico da realidade da mulher a partir da sua experiência, inserindo a mulher como atora do plano, no centro do planejamento urbano de forma ativa e participativa, para que, a partir da sua vivência, seja possível traçar seus objetivos dentro das cidades. Somente através do urbanismo feminista, é possível propor medidas que rompam com as barreiras - físicas e sociais - e que culminem, enfim, em um cenário de igualdade e de efetiva emancipação das mulheres.

Para além de todo o cenário reproduzido pela sociedade sexista, classista e racista, soma-se o agravante da crise ambiental que o Planeta vem enfrentando e, como forma de reunir essas problemáticas, o conceito de ecofeminismo foi cunhado pela pensadora feminista e ecologista Françoise d'Eaubonne, em 1974.

[...] o ecofeminismo reúne as problemáticas da crise ambiental e da crise dos cuidados: analisa criticamente as crenças que sustentam o modelo ecocida, patriarcal, capitalista e colonial da nossa civilização, baseado na nefasta pirâmide hierárquica que coloca o homem como gênero no topo e as mulheres, os animais, as árvores, a vegetação e os recursos nos estratos mais baixos e exploráveis. (MONTANER, 2021, p. 61)

Trazendo essas questões para a realidade brasileira a situação se agrava ainda mais frente à desigualdade social gritante, em que o país se encontra, atualmente, imerso em uma política negacionista e ecocida. Portanto, o desafio torna-se ainda mais latente e, a única maneira de retomar esses valores, é fazê-lo a partir de um urbanismo do comum e ecofeminista, recuperando os valores do cuidado e replicando-os na escala do cuidado da sociedade e dos ecossistemas.

UM OLHAR SOBRE A CIDADE DE POUSO ALEGRE - MINAS GERAIS

Talvez a maior dificuldade na busca por mudanças em relação ao espaço urbano, e à experiência da mulher, seja reconhecer a diversidade e dar conta da multiplicidade de caras, corpos, classes e culturas que compõem a cidade, incluindo em particular os direitos das mulheres a partir de uma perspectiva interseccional. É imprescindível reconhecer a diversidade dos grupos sociais e seus modos de ser e estar nas cidades. E, nessas experiências, o cotidiano acontece de diferentes formas para cada grupo social. Nos projetos de estudo de áreas urbanas, a premissa do trabalho de grupos feministas são os percursos urbanos de reconhecimento, que objetivam detectar pontos da cidade que despertam o sentimento de insegurança às mulheres - assim, é possível reconhecer a percepção das moradoras sobre o entorno das suas moradias e também coletar informações que possuem

significativo potencial de análise pelo seu caráter abrangente, através de um diagnóstico participativo (VALDÍVIA, 2018).

Como forma de conhecer quem são essas pessoas, como elas experienciam o espaço urbano público e quais são as suas percepções sobre ele, em um primeiro momento, foi idealizado aplicar a metodologia dos percursos urbanos de reconhecimento na cidade de Pouso Alegre. Porém, frente ao cenário de pandemia da Covid-19 e da necessidade de distanciamento social, a metodologia adaptou-se a aplicação de dois questionários através de um formulário *online*: o primeiro direcionado a homens e mulheres de diferentes localidades, que objetivou identificar as vivências nas cidades em geral e confrontar diferentes perspectivas; e o segundo direcionado somente a mulheres que residem no município de Pouso Alegre, como forma de identificar, mais especificamente, a vivência da mulher no município. As questões pautaram-se, especialmente, nos percursos considerando temas essenciais a essas experiências.

O primeiro formulário alcançou no total 160 (cento e sessenta) respostas, onde 70% dos entrevistados se identificaram como mulheres, o que resultou em respostas muito expressivas que ilustram esse panorama da condição urbana da vivência da mulher. A iluminação e a movimentação de pessoas foram os principais fatores citados que, quando em falta, despertam o sentimento de insegurança - que aumenta em função do horário; e, se presentes, trazem a sensação de segurança. Abaixo, seguem algumas falas dos entrevistados, diante da seguinte questão: “existe algum local da cidade onde você se sinta seguro(a)?”. As respostas permitiram frisar, através de uma perspectiva interseccional e transversal, o abismo entre a percepção do homem e da mulher do espaço urbano público:

Figura 2 - Relatos

"Não, porque me sinto coagida diversas vezes por olhares e atitudes, principalmente, de homens. E em locais públicos qualquer pessoa é bem vinda, inclusive pessoas com más intenções."

"Sim. Minha posição econômica, ser homem e ser branco me dão total segurança em determinados lugares."

"Acho que uma mulher nunca pode dizer que está 100% segura em um ambiente público no mundo machista em que vivemos."

"Não, pois estamos vulneráveis a quase todo tipo de perigo e/ou descaso na grande maioria do tempo e mesmo quando não estamos, o medo/receio permanece."

Fonte: Compilação da autora.

Figura 3 - Relatos

"Não. Entretanto existem espaços onde o desconforto é menor, como, por exemplo, nas proximidades da minha residência (quando existe familiaridade entre a vizinhança)."

"Qualquer lugar desde que eu esteja acompanhada."

"Não, pois sempre me sinto vulnerável."

"Não. Inicialmente há espaços públicos que oferecem segurança, porém em determinado horário do dia (geralmente madrugada) esses locais não transmitem a mesma segurança."

Fonte: Compilação da autora.

O segundo formulário foi direcionado somente a mulheres que residem na cidade de Pouso Alegre, que está localizada no Sul de Minas Gerais. Considerada demograficamente uma cidade média e com potencial econômico pela dinâmica de produção de caráter industrial, segundo dados do IBGE, sua população era de 130.615 pessoas em 2010 e o estimado para 2020 chegou a 152.549 pessoas. Ainda, é a cidade que mais cresce na região, com percentual de 1,26% (IBGE, 2010) e sua população é composta majoritariamente por mulheres, que representam 50.6% de sua totalidade (IBGE, 2010). A população da cidade de Pouso Alegre se encontra em constante crescimento e

o Planejamento Urbano deve acompanhá-lo, como forma de garantir o pleno acesso ao direito à cidade do cidadão e, a falta de representatividade na Câmara - onde a população não elegeu nenhuma mulher, negros ou LGBTQIA+ nas eleições municipais¹ de 2020 -, torna o processo e, conseqüentemente, os resultados, ainda mais dissociados da realidade da cidade.

Sendo assim, a metodologia de análise objetivou conhecer as personagens envolvidas através da aplicação de um segundo formulário *online* mais específico e, por meio dele identificar os locais problemáticos na cidade e confrontar com aqueles considerados inseguros pela população-alvo da pesquisa e, também, quais são os elementos presentes no espaço que contribuem para o sentimento de insegurança. O formulário alcançou, ao todo, cinquenta respostas, onde 100% das mulheres entrevistadas se identificaram como mulheres cis, 38 como mulheres cis brancas (76%) e 12 como mulheres cis negras (24%). A faixa etária predominante ficou entre os dezenove e os trinta anos. É possível reconhecer que este resultado não retrata uma realidade concreta da cidade, uma vez que a cidade abriga uma diversidade muito grande dentro desse universo feminino. Porém, a critério de estudo - e frente aos desafios causados pela pandemia do Covid-19 -, se mostra com relevância por tratarem, ainda assim, de mulheres de diferentes grupos sociais.

Os elementos mais citados como fatores que trazem a sensação de insegurança foram: lugares escuros e a falta de iluminação pública, lugares desertos, a presença de muitos homens no local, o índice de criminalidade, a ausência de fiscalização e monitoramento e o medo de assédio e de violência sexual. Em contraponto, os fatores citados como elementos que trazem a sensação de segurança foram: lugares com boa iluminação, locais com movimento e com diversidade de usos, e o fato de conhecer as pessoas que estão transitando na rua, como um entorno residencial. O Coletivo Feminista Abertha, de Juiz de Fora/MG, através de uma postagem em suas redes sociais abordou a temática do urbanismo feminista, formulando perguntas que lançam

¹ Disponível em:

<https://pousoalegre.net/noticia/2020/11/confira-os-vereadores-eleitos-em-pouso-alegre-sao-6-novidades-7-reeleicoes-e-2-ex-vereadores/>, acesso em 17/11/2020.

luz para uma análise urbana. As perguntas questionam sobre a experiência da mulher na cidade e procuravam alertar para a ideia de que uma cidade não-feminista seria aquela construída exclusivamente a partir de uma perspectiva masculina. Nas perguntas, abordou-se questões relacionadas aos percursos cotidianos e diários (como casa-trabalho), incluindo temas como iluminação pública, permeabilidade visual ao longo dos trajetos, existência de caminhos ladeados por grandes muros, e as motivações para a escolha de determinados percursos (por vezes mais longos, porém mais seguros), em detrimento de outros (que seriam mais curtos, porém mais inseguros). Essas questões foram incorporadas ao segundo formulário.

A partir das respostas coletadas, foi possível concluir que os espaços públicos, quando apresentam as condições que despertam o sentimento de insegurança junto ao conhecido histórico de violência de gênero nos espaços públicos em geral, impacta de forma definitiva a vivência da mulher na cidade, assim como seus objetivos, trajetos e percursos, tanto nos aspectos físicos quanto empíricos que afetam diretamente a sensação de segurança.

Além dessas percepções gerais, o segundo formulário também preocupou-se em tratar de questões específicas da cidade de Pouso Alegre. As respostas coletadas confirmam que, para as entrevistadas, a cidade não atende plenamente as suas demandas, não sendo, portanto, uma cidade feminista.

Verificou-se que grande parte das mulheres não se sentem pertencentes à cidade e já abdicaram de alguma experiência urbana em ambiente público por medo ou por insegurança. Partindo deste ponto de análise, através do formulário também foi possível identificar diferentes áreas da cidade, mencionadas pelas entrevistadas, consideradas seguras e inseguras,. Com isso estabeleceu-se um critério de análise que confrontou as áreas citadas e seus componentes (iluminação, mobiliário, usos, etc), a fim de correlacionar o modo como o espaço urbano se apresenta e se organiza, e o sentimento de segurança/insegurança a partir da experiência das mulheres. Com isso, identificou-se áreas de alto, médio e baixo risco, onde as áreas de alto risco são os lugares que foram citados como inseguros e que possuem grande parte dos elementos que, conforme as entrevistadas, condicionaram essa sensação

de insegurança; médio risco, seriam os lugares que apresentam risco, mas contém menos elementos condicionantes; e as de baixo risco seriam aqueles que foram citados como lugares onde as mulheres se sentem seguras.

Figura 4 - Mapa de áreas de risco



Fonte: Compilação da autora.

Destas áreas identificadas, foram selecionadas quatro: duas citadas pelas mulheres como “locais seguros” e duas como “locais inseguros”. Para efeito comparativo, a seleção procurou destacar espaços que tivessem similaridades em termos de desenho urbano e que despertam sentimentos opostos, definindo-se portanto duas praças e duas áreas que comportam grandes avenidas. São elas: Avenida Tuany Toledo (a), Praça Senador José Bento (b) - locais identificados como seguros -, Praça João Pinheiro (c) e o entorno do Terminal Rodoviário (d) - locais identificados como inseguros.

Ao estabelecer um comparativo entre os eixos interseccionais, foi possível perceber, durante a análise do formulário, que as mulheres que se identificaram como negras relataram mais sobre a insegurança na Praça João Pinheiro (c). Essa praça está localizada no centro da cidade e é conhecida como o “ponto final” dos ônibus urbanos - onde todas as linhas passam por ela em algum momento do seu itinerário. Nela é onde o transporte público se

articula com os outros bairros da cidade e, principalmente, os bairros mais afastados, onde habitam pessoas pertencentes a diferentes grupos socioeconômicos. Elas também identificaram as áreas centrais como mais seguras, não inserindo a Avenida Tuany Toledo (a) na categoria - Avenida de alto padrão gastronômico e de demais serviços. É como se essas mulheres não tivessem acesso a estes ambientes da cidade, onde o modo como se organiza e os usos reforçam a desigualdade econômica, de gênero, raça e cultura através da falta de acessibilidade e de espaços excludentes, devido a ausência de transporte público circulando por estes lugares e os serviços que atendem majoritariamente pessoas de classes sociais mais altas.

Com a seleção das quatro áreas, realizou-se uma análise urbana mapeando usos, ocupação do solo, horários de funcionamento dos estabelecimentos e existência de serviços essenciais no entorno. A análise resultou em mapas comparativos que permitiram visualizar as distinções entre os espaços. Com os mapas de gabarito, uso e ocupação do solo e horário de funcionamento, é possível perceber que o uso misto do espaço é essencial para a sensação de segurança. Edificações residenciais baixas, de um a dois pavimentos contribuem para uma aproximação entre a vizinhança e o espaço urbano, auxiliando na segurança do local. No caso da Praça Senador José Bento, mesmo possuindo edifícios com térreo comercial e gabarito mais alto, a Praça conta com outros elementos que trazem dinâmica e vitalidade para o espaço, como os food trucks.

Nos espaços inseguros fica muito evidente o impacto dos usos e do horário de funcionamento. Locais que possuem edificações com gabarito baixo e uso relativamente misto, mas que apresenta comércio que cumpre o horário regular de funcionamento, fechando após horário comercial, ficam desertos. Ainda, na Praça João Pinheiro, mesmo que exista edifícios de uso residencial, estes edifícios possuem gabarito superior a dez pavimentos, o que ilustra o distanciamento da rua e de tudo que nela acontece.

Com os mapas de comércio e serviços, nota-se a ausência de comércios e serviços de uso cotidiano e/ou essenciais nos locais citados como inseguros. Essa falta de suporte ilustra mais um desafio na rotina da mulher

que, ao desenvolver a sua vida cotidiana, tem que dar conta de uma multiplicidade de tarefas realizando movimentos poligonais na cidade. Os mapas de cheios e vazios reforçam visualmente a questão dos vazios, da escala e da caminhabilidade incompatível que, ao cruzar-se com o mapa de horários de funcionamento, usos, e todos os elementos que já foram citados como responsáveis por despertar o sentimento de insegurança nas mulheres, é possível vislumbrar como se dá a experiência da mulher e quais percepções e sentimentos são despertados ao percorrerem estes espaços.

Diante dos resultados obtidos através do formulário *online*, observa-se o quanto o caráter histórico de violência de gênero e a invisibilização da experiência da mulher na cidade - durante a concepção e construção do espaço - acaba por reforçar as desigualdades e excluir as minorias, tanto através do seu desenho quanto da inserção de barreiras - sejam elas físicas ou empíricas. Sendo assim, com a análise dos mapas foi possível estipular uma tabela comparativa que aponta os elementos presentes em cada espaço, sendo possível perceber que a Praça João Pinheiro é o local que apresenta a maior quantidade de elementos que provocam o sentimento de insegurança simultaneamente.

Figura 5 - Mapa de áreas de risco



Fonte: Compilação da autora.

Figura 6 - Mapa de gabarito



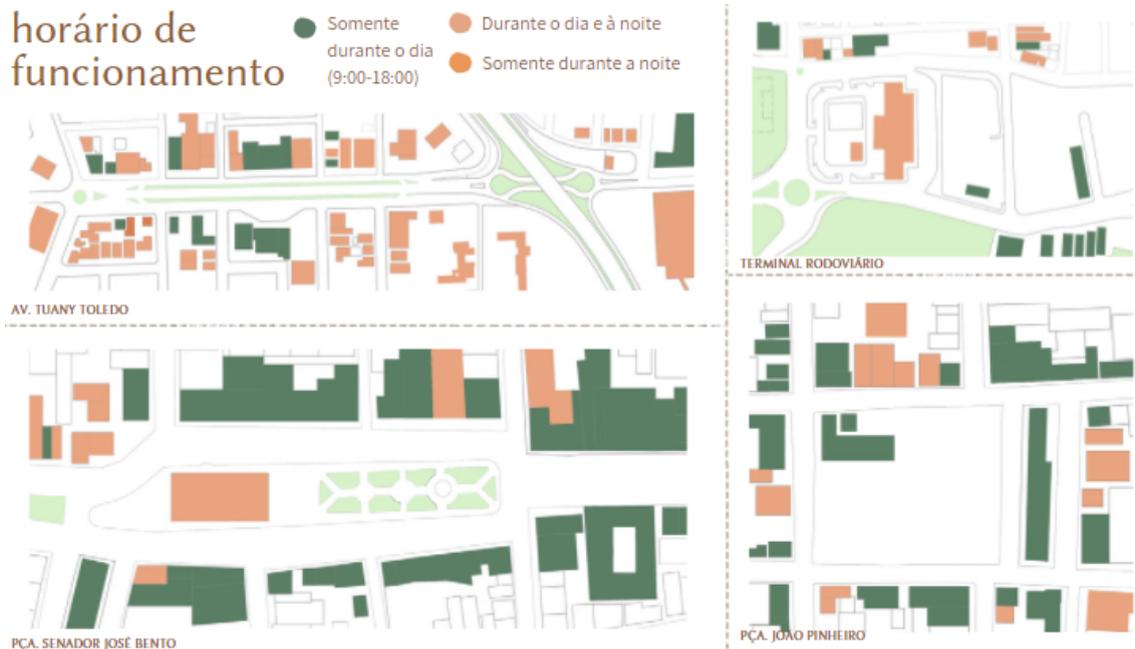
Fonte: Compilação da autora.

Figura 7 - Mapa de usos



Fonte: Compilação da autora.

Figura 8 - Mapa de horário de funcionamento



Fonte: Compilação da autora.

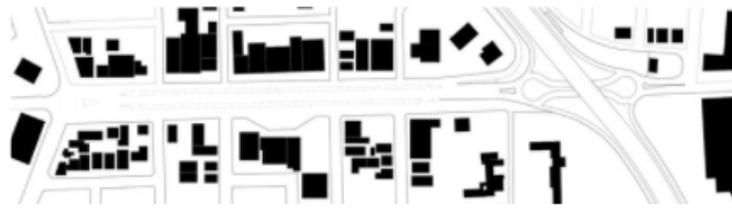
Figura 9 - Mapa de comércio e serviços



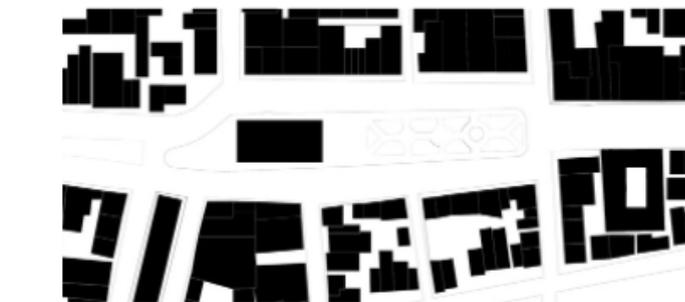
Fonte: Compilação da autora.

Figura 10 - Mapa de cheios e vazios

cheios e vazios



AV. TUANY TOLEDO



PÇA. SENADOR JOSÉ BENTO



TERMINAL RODoviÁRIO



PÇA. JOÃO PINHEIRO

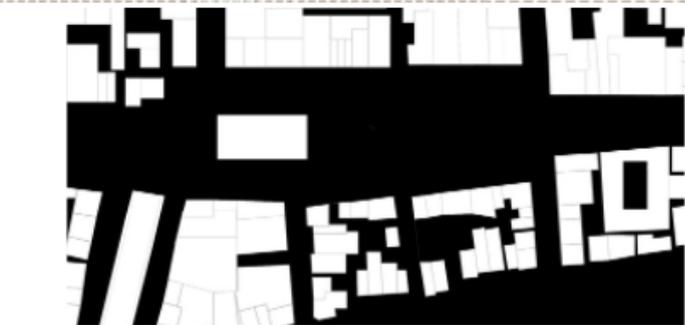
Fonte: Compilação da autora.

Figura 11 - Mapa de cheios e vazios

cheios e vazios



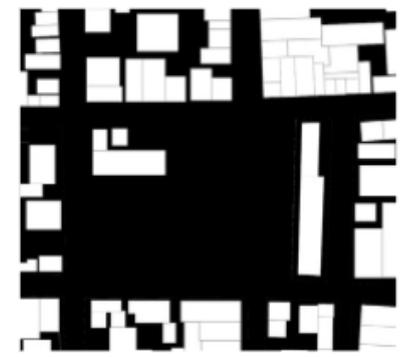
AV. TUANY TOLEDO



PÇA. SENADOR JOSÉ BENTO



TERMINAL RODoviÁRIO



PÇA. JOÃO PINHEIRO

Fonte: Compilação da autora.

Tabela 1 - Comparação entre as áreas de estudo

	uso misto do espaço	área adensada	vazios urbanos	iluminação pública	uso comercial	uso residencial	área de permanência	área de transição
Av. Tuany Toledo	x	x		x	x	x		x
Pça. Senador José Bento	x	x		x			x	
Terminal Rodoviário			x		x	x		x
Pça. João Pinheiro		x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Elaborada pela autora.

Frente ao exposto, diante de tantas incoerências presentes no espaço urbano público, como seria possível modificar esse panorama em uma área já consolidada? Buscando respostas e baseando-se na Tabela 1, a Praça João Pinheiro foi escolhida como objeto de ensaio urbanístico. Além das questões que aparecem na tabela, a praça apresenta escala incompatível com os caminhos e trajetos do cotidiano, realizados à pé, especialmente, e por ser um vazio urbano inserido em uma área central adensada, apresenta-se desconectada do seu entorno. Foram realizados exercícios projetuais que lançam luz para o que seria, enfim, um espaço pensado a partir da inserção da perspectiva de gênero interseccional e transversal, praticando um urbanismo feminista.

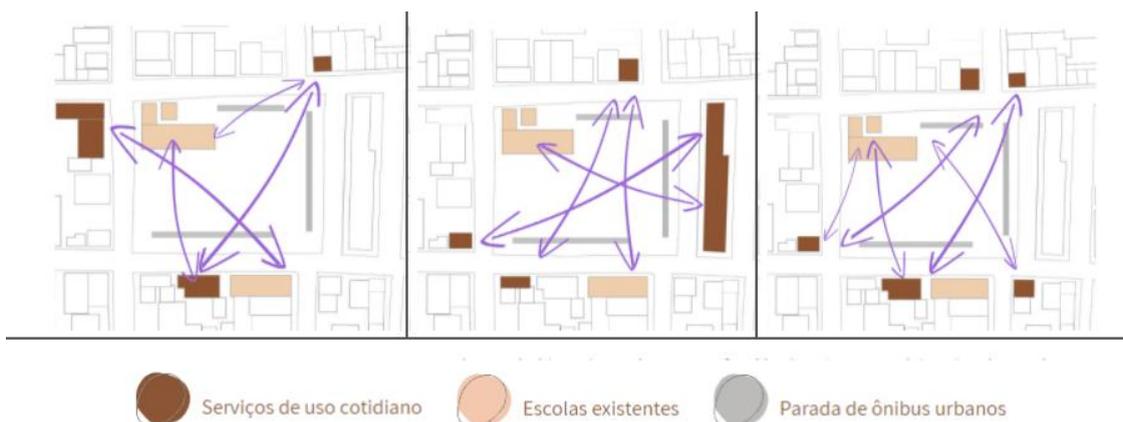
EXERCÍCIO PROJETIVO NA PRAÇA JOÃO PINHEIRO: ESPERANÇAS PARA UM PLANO URBANO PAUTADAS NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Os ensaios não se tratam de projetos, mas sim de um processo experimental - um exercício projetivo demonstrativo e que também se apresenta enquanto manifesto. Durante os ensaios, a intenção foi experimentar possibilidades pautadas na perspectiva de gênero, que podem ser incorporadas ao planejamento urbano, aos planos de mobilidade e aos espaços já consolidados - articulando usos de serviços essenciais e cotidianos no entorno da praça em faces opostas, escalas e percursos como forma de estimular este deslocamento e trazer movimento para o local. Entende-se aqui como usos essenciais e cotidianos aqueles que respondem às necessidades diárias e de cuidados, como mercados, farmácias, casas lotéricas e bancos, padarias, escolas, creches, papelarias, bancas de jornais e revistas, entre outros. Portanto, buscou-se combinar estes elementos em diferentes ensaios e

perímetros da Praça, em conjunto com as possibilidades de percursos e conexões com o entorno.

Trazendo uma visão pautada na perspectiva de gênero, durante o primeiro formulário, em grande parte das respostas dadas pelos entrevistados que residem em Pouso Alegre foi possível identificar pessoas que residem em bairros afastados do centro - bairros periféricos que estrutural e historicamente abrigam pessoas com menos condições socioeconômicas e minorias. Isto posto, a Praça João Pinheiro, por ser o ponto final dos ônibus urbanos e, considerando os percursos poligonais que as mulheres exercem durante o desenvolvimento da sua vida cotidiana, possibilita a conexão com diversos outros bairros da cidade. A presença de comércio e serviços essenciais no entorno da praça facilitaria o desenvolvimento dessas tarefas cotidianas, no intervalo de tempo que uma mulher espera um ônibus, por exemplo. Nas figuras abaixo buscou-se exemplificar essa relação entre usos e percurso e a conectividade entre eles, através da ligação entre os pontos de ônibus e as escolas; os elementos e serviços que trazem suporte às rotinas das mulheres e como essas diretrizes impactam no fluxo e, conseqüentemente, no movimento no entorno e no interior da Praça.

Figura 12 - Mapas esquemáticos que articulam fluxos e serviços



Fonte: Compilação da autora.

Durante o segundo formulário, pediu-se sugestões de elementos que, se incorporados ao espaço, trariam mais suporte às suas rotinas e um maior sentimento de segurança. As respostas apontaram para melhoria da

iluminação pública, mais espaços de permanência, abrigos de ônibus, rotas mais estratégicas dos ônibus, ampliação de comércio e maior monitoramento. Tais sugestões, que corroboram as referências teóricas estudadas, foram então incorporadas também aos ensaios.

Os exercícios foram organizados pautando-se nos seguintes tópicos: “escala e percurso”; “ver e ser vista” e “elementos físicos”. No primeiro tópico, foram trabalhados os vazios e o entorno - como já demonstraram os mapas esquemáticos apresentados anteriormente - através de serviços essenciais que permanecem em funcionamento durante a noite, como padarias e supermercados, por exemplo. Em relação ao segundo tópico - “ver e ser vista” - trabalhou-se a iluminação pública, utilizada de forma mais adequada, marcando trajetos, direcionando percursos e evitando áreas de sombra. Assim, valorizou-se as árvores existentes e também consolidou-se uma hierarquização de percursos, a fim de estimular o movimento em toda a extensão da praça. Também foram inseridos abrigos de ônibus com estruturas não-opacas por toda a extensão dos limites da praça, trazendo a transparência como elemento empírico de retomada da sensação de segurança uma vez que, se uma mulher se encontra ali aguardando pela chegada do transporte público, é possível que ela tenha dimensão de tudo o que se desenvolve à sua volta e, inclusive, quem se aproxima dela. No terceiro tópico - “elementos físicos” - foram trabalhados os mobiliários, pensados com maior grau de flexibilização para que as pessoas possam apropriar-se mais facilmente deles e, também, para dar suporte à feira gastronômica beneficente que ocorre às quartas-feiras na praça. Também foram inseridos espaços para *food trucks*, como o tradicional pastel de farinha de milho - patrimônio imaterial da cidade de Pouso Alegre -, trazendo identidade e dinâmica para o lugar. É importante destacar que essas sugestões estão também alinhadas à existência de escolas no entorno da praça. Ainda no terceiro tópico, foram estabelecidas barreiras subjetivas com a criação de canteiros floridos. Por mais que não seja propriamente uma barreira, o fato de propor ali pequenos arbustos pode vir a dificultar a passagem pelos canteiros elevados já existentes na praça, evitando que as pessoas caminhem por eles. Essas barreiras podem trazer subjetivamente a sensação de segurança uma

vez que, se uma mulher caminha pela praça, ela pode não ser surpreendida, durante a sua trajetória, por alguém que caminharia por estes canteiros. Além disso, as flores refletem a luz e dão a impressão de que o ambiente é mais claro - o que também colabora de forma subjetiva para o sentimento de segurança. A acessibilidade também foi incorporada através do piso tátil e das rampas e, as calçadas localizadas em frente a um estabelecimento comercial já existente, foram alargadas para demonstrar que, um espaço que hoje é utilizado para o estacionamento de automóveis, tem potencial para ser apropriado por pessoas e, conseqüentemente, trazer movimento durante o dia e à noite. Mesmo que as calçadas não façam parte do espaço da praça, necessariamente, estão contidas no seu entorno e favorecem portanto toda a dinâmica da área. Essa perspectiva mais ampla sobre os territórios, entendendo a praça não como um recorte desconectado de seu ambiente urbano, é essencial para que os espaços criados estejam articulados com a experiência na cidade.

Figura 13 - Face 1 da praça atualmente



Fonte: Acervo da autora.

Figura 14 - Exercício projetivo da face 1 da praça



Fonte: Compilação da autora.²

Figura 15 - Face 2 da praça atualmente



Fonte: Acervo da autora.

² Todos os ensaios foram feitos com base nas fotos de acervo pessoal do autor, e na inserção de imagens coletadas nos sites pinterest.com, assim como imagens 3D desenvolvidas pelo autor através do software SketchUp.

Figura 16 - Exercício projetivo da face 2 da praça



Fonte: Compilação da autora.

Figura 17 - Face 3 da praça atualmente



Fonte: Acervo da autora.

Figura 18 - Exercício projetivo 01 na face 3 da praça



Fonte: Compilação da autora

Figura 19 - Exercício projetivo 02 na face 3 da praça



Fonte: Compilação da autora.

Figura 20 - Face 4 da praça atualmente



Fonte: Acervo da autora.

Figura 21 - Exercício projetivo na face 4 da praça



Fonte: Compilação da autora.

Os ensaios são manifestos que demonstram como as ações pautadas no urbanismo do comum e ecofeminista, se incorporadas à promoção do

espaço urbano público e da cidade no geral, têm potencial para modificar os espaços já consolidados, pois foram pensadas a partir da experiência dos que dele usufruem, visando espaços de equidade, mais vivos e inclusivos. Enquanto o poder público, a gestão ou a população se encontrarem alheios a essa responsabilidade o paradigma não se modifica e, por isso, é necessário dar voz a essas mulheres e aos demais grupos invisibilizados, incorporando suas demandas ao pensar as cidades a partir de uma perspectiva transversal e interseccional - considerando que a experiência de uma mulher negra, de uma mulher trans, de mulheres com menores condições socioeconômicas, etc. são, também, distintas. Somente assim será possível retomar o sentimento de segurança e pertencimento, e o acesso ao direito à cidade das mulheres, trazendo mais suporte às suas rotinas e para o desenvolvimento da vida cotidiana e do lazer, sem medos ou inseguranças. Montaner (et al.) escreve:

“Essa experiência demonstrou que, muito além das grandes obras, a essência de um modelo urbano baseado no bem comum, no feminismo, na sustentabilidade e na manutenção consiste em pequenas transformações. A proposta é refazer a cidade partindo de dentro.” (MONTANER et al., 2021, p. 150)

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS PARA UMA CIDADE FEMINISTA

A produção de espaços sob a perspectiva do comum e ecofeminista traz visibilidade para o papel e a realidade das mulheres e reforça que as soluções para o espaço urbano não podem ser homogêneas e universais. É urgente a retomada do sentimento de segurança das mulheres, que se refere tanto aos aspectos pessoais como erradicação da pobreza, independência econômica e auto-estima, como aos aspectos da vida urbana com estratégias e políticas públicas de prevenção da violência e cidades mais igualitárias e inclusivas - o que compete à quem exerce influência sobre a construção e gestão do espaço urbano público dar conta dessa pluralidade. Isso se torna possível através da feminização da política e da implantação de políticas urbanas de fato participativas, transversais e interseccionais que façam frente aos marcadores

sociais estruturais - como machismo, homofobia, racismo, classismo, etc- e à lógica da produção capitalista que interferem negativamente em todas as demais esferas sociais. Dentro de uma realidade tão fragmentada quanto a brasileira, onde a desigualdade social se encontra cada vez mais gritante é preciso alcançar o equilíbrio entre conservar e transformar da cidade - em sua dimensão física e simbólica -, gerenciando-as de modo a tornar as cidades menos dispersas, encurtando as distâncias que as pessoas - principalmente as mulheres - percorrem diariamente, priorizando o transporte público e o pedestre em uma perspectiva do comum, cotidiana e sustentável. Zaida Muxí (et al.) escreve:

Pensar o espaço urbano para todos e para todas é fazê-lo desde a diferença, mas não desde a desigualdade: uma diferença entre homens e mulheres, entre classes, entre origens, culturas, religiões, etc. posicionando todas as demandas em condições de igualdade, sem decisões a priori que excluam a experiência das pessoas como fonte fundamental de conhecimento nas decisões urbanas. (MUXÍ et al., 2011, p. 127)

Nesse sentido, ressalta-se a importância de trazer alternativas que se enquadram na escala micro - a escala do desenho, do mobiliário urbano, da pessoa, humanizada, da mulher, da caminhabilidade e do percurso - como foi demonstrado através dos ensaios - e replicar estes elementos através de planos urbanos nas cidades incorporando, cada vez mais, a perspectiva do urbanismo do comum e os ideais ecofeministas, uma vez que as análises identificam padrões que se repetem - lamentavelmente - nas cidades, pela categoria de análise englobar a experiência de mulheres inseridas em uma sociedade historicamente machista e patriarcal. Essas soluções que voltam o olhar para a microescala podem ser aplicadas em outras áreas da cidade de Pouso Alegre, assim como em outras cidades - se realizados novos diagnósticos. A partir disso, é possível lançar luz para uma análise mais abrangente e, assim, partir para escalas e sistemas mais complexos, como a gestão pública e o planejamento urbano. Este panorama macro já vem sendo modificado representado por figuras como Núria Parlón, em Santa Coloma de Gramenet, onde promove Políticas feministas e Ada Colau, em Barcelona

(2015-2019) quando, em seu primeiro mandato, implementou o “Plano de Justiça de Gênero 2016-2020”, em que introduziu a perspectiva feminista e transversal nas políticas municipais e no que as tocam, como o planejamento, o urbanismo e a segurança (MONTANER et al., 2021, p. 193). Tem-se, também em Barcelona, a medida de governo “Urbanismo com perspectiva de gênero: o urbanismo da vida cotidiana”, fomentada para “implementar políticas de planejamento urbano, processos e projetos aplicando a perspectiva interseccional de gênero, colocando a vida cotidiana e os cuidados no centro das decisões urbanas” (MONTANER et al., 2021, p. 197).

Em relação às metodologias de diagnóstico e reconhecimento do espaço, o coletivo *Col.Lectiu Punt 6* vem realizando um trabalho ímpar na Catalunha, onde abordam a (*in*)segurança das mulheres através de avaliações qualitativas e quantitativas, como forma de melhorar as estratégias que abordam a segurança das mulheres, e com projetos participativos em todas as suas etapas (desenho, diagnóstico, planejamento e avaliação). São ações que contam com o apoio comunitário através de uma rede de equipamentos urbanos, centros comunitários e espaços de reflexão para as mulheres.

É notório que, durante os últimos anos, ações e medidas vêm sendo tomadas, pouco a pouco, partindo de figuras representativas que visam promover a mudança do modelo urbano e da lógica vigente dominante. Essas medidas e metodologias devem ser adotadas para fomentar estratégias urbanas e “projetos que visam uma cidade mais humana e saudável” (MONTANER et al., 2021, p. 197). A renaturalização da cidade é uma estratégia que está diretamente relacionada ao pensamento ecofeminista, em que as pessoas são ecodependentes e os projetos versam sobre suas necessidades e os equilíbrios ecossistêmicos. (MONTANER et al., 2021, p. 198)

Basta de fazer face a desafios e adaptar-se a um espaço excludente que não foi desenhado a partir da experiência da mulher, ou caminhar pela cidade com medo e insegurança, ou de viver sem acessar efetivamente os seus direitos. É urgente a incorporação destes ideais a partir da perspectiva da interseccionalidade, para que seja possível democratizar a cidade e visibilizar a

experiência das mulheres e das minorias que nela vivem. Ao inserir estes grupos sociais no centro das decisões urbanas, é possível garantir seu pleno acesso ao direito à cidade, criando espaços de empoderamento e motivando a luta dos movimentos sociais urbanos para que, somente assim, seja possível dispor da esperança de uma mudança de paradigmas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Lais Wendel. *A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.8.2007.tde-23102007-141151. Acesso em: 19 ago. 2020;

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019;

BENTO, Cida; BUARQUE, Heloísa. *O cuidado e as construções de gênero*. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=amFe2iWhSHU>. Acesso em: 17 set. 2020;

BEZERRA, Juliana. *Mobilidade Urbana no Brasil*. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/mobilidade-urbana/>. Acesso em: 09 nov. 2020;

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. University of California ñ Los Angeles, 2002;

Entrevista de Zaida Muxí. Vitruvius, Barcelona, 03 e 07 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/18.075/7123?page=1>.

Acesso em: 13 set. 2020;

ESCALANTE, Sara. *Espacio público, género e (in)seguridad*. Ediciones electrónicas de la AEHM/UMA. 2014 (p. 48-67);

FERNÁNDEZ, Hogla. *Mujer y trabajo*, 2005. Disponível em https://web.archive.org/web/20160304131536/http://www.derechosdelamujer.org/tl_files/documentos/manuales/doc_manuales_6.pdf. Acesso em: 13 set. 2020;

FERREIRA, Karen; SILVA, Gleyton. *Urbanismo Feminista*. XVII ENANPUR; São Paulo, 2017;

FONTOURA, Natália de Oliveira; GONZALEZ, Roberto. *Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade?* 2009. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4056/1/bmt41_05_NT_Aumento.pdf. Acesso em: 17 set. 2020;

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. [S. l.]: Atlas, 2008;

GUEDES, Maria Eunice. *Gênero, o que é isso?*, Brasília, v. 15, ed. 1-3, 1995;

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. *Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002*. 2004. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/430/428>. Acesso em: 19 set. 2020;

HOLANDA, Ana Luiza. *Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer: uma análise da alocação do tempo no Brasil*, Rio de Janeiro, setembro de 2018;

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, *Regiões de Influência das Cidades*, IBGE, 2018;

JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. 3^a. ed. - São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011;

KOHLSDORF, Maria Elaine. *Ensaio sobre o pensamento urbanístico*. Universidade de Brasília / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Programa de Pós-graduação, Brasília, p. 1-22, out. 1996;

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Nebli, 1 de janeiro de 2016;

LOPES, Diva Maria *et al.* *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: Publicações SEI, 2010.

MONTANER, Josep Maria *et al.* *Política e arquitetura: Por um urbanismo do comum e ecofeminista*. 1. ed. [S. l.]: Olhares, 2021. 264 p. v. 1;

MUXÍ, Zaida; *et al.*, *¿Qué Aporta la Perspectiva de Género al Urbanismo?*, Universidad Politécnica de Cataluña, Feminismo/s 17, junho 2011, pp. 105-129;

BRENNER, Neil. *Espaços da Urbanização: O urbano a partir da teoria crítica*. Observatório das Metrôpoles: Letra Capital, 2018;

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. 1ª ed., Companhia das Letras, 6 novembro 2019;

SOUSA, Luana. GUEDES, Dyeggo. *A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década*, Estud. av. vol.30 no.87 São Paulo mai./ago. 2016;

UN WOMEN. *Creating safe public spaces*. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/what-we-do/ending-violence-against-women/creating-safe-public-spaces>. Acesso em: 20 set. 2020;

UN WOMEN. *The World for Women and Girls: annual report 2019-2020. ANNUAL REPORT 2019-2020*. 2020. Disponível em: <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/un-women-annual-report-2019-2020-en.pdf?la=en&vs=3903>. Acesso em: 02 out. 2020;

VALDÍVIA, Blanca. *Del urbanismo androcéntrico a la ciudad cuidadora. Habítat y Sociedad*, nº 11, novembro de 2018, pp. 65-84;

VIEIRA, Alexandre Bergamin *et al.* *Cidades médias e pequenas: uma leitura geográfica*. Caderno Prudentino de Geografia, [S. l.], v. 1, n. 29, p. 133-155, 2021;

WOMEN IN CITIES (Montreal). *WOMEN IN CITIES*. 2003. Disponível em: <https://femmesetvilles.org/>. Acesso em: 19 set. 2020.